



TRT 17.ª

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS**NÍVEL MÉDIO****TURNO: TARDE****OBSERVAÇÕES**

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O monitoramento por imagens há algum tempo tem
sido fonte de conflito entre patrões e trabalhadores, da mesma
forma que o controle de *emails* e as escutas e gravações de
4 ligações telefônicas dos empregados. São questões que a
justiça trabalhista está aprendendo a contemporizar, já que
influenciam a convivência no ambiente de trabalho e dizem
7 respeito à saúde do trabalhador. Pela jurisprudência dominante
no Tribunal Superior do Trabalho, é devida a indenização por
danos morais quando há abuso do poder, ou seja, a filmagem
10 não pode ser ostensiva, e o funcionário deve ter conhecimento
dos dispositivos de segurança instalados.

Tecnologias de controle criam novas situações de dano moral. Internet: <www.tst.jus.br> (com adaptações).

Em relação às informações e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho “é devida a indenização por danos morais” (ℓ.8-9), a correção gramatical do texto seria mantida caso fosse suprimido o artigo que define “indenização”.
- 2 Identificam-se como referentes do sujeito elíptico da oração iniciada pela forma verbal “São” (ℓ.4): “O monitoramento por imagens” (ℓ.1), “o controle de *emails*” (ℓ.3) e “as escutas e gravações de ligações telefônicas dos empregados” (ℓ.3-4).
- 3 Infere-se do texto que a justiça trabalhista ainda não tem uma solução definitiva para a questão do monitoramento de empregados pelos patrões.
- 4 Na linha 5, o conectivo “já que” inicia oração que apresenta a conclusão da ideia apresentada na oração imediatamente anterior.
- 5 É facultativo o emprego do sinal indicativo de crase na expressão “respeito à saúde do trabalhador” (ℓ.7), de modo que sua supressão não prejudicaria a correção gramatical do texto.

1 De acordo com o *ranking* anual elaborado e divulgado recentemente pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil saltou de 82.º para 62.º lugar em se tratando de redução de desigualdade de gêneros. Tanto a Constituição Federal brasileira quanto a legislação infraconstitucional — trabalhista, eleitoral, civil e penal — contêm diversos dispositivos de
7 proteção à mulher.

Mas será que nosso conjunto de leis tem sido suficiente para impedir que milhares de mulheres que vêm conquistando mais espaço no mundo do trabalho sejam tratadas de forma discriminatória, humilhante e muitas vezes doentia?

Diariamente juízes do trabalho de todo o país julgam
13 processos com pedidos de indenização por dano moral decorrente de assédio a mulheres. Os casos vão para as páginas oficiais dos tribunais, muitos ganham destaque nos jornais de repercussão nacional. Mas, segundo os magistrados, esses processos representam apenas a ponta do *iceberg* do grande problema trabalhista contemporâneo: o assédio.

A mulher e o assédio moral. Internet: <www.tst.jus.br> (com adaptações).

Com referência às ideias e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens de 6 a 11.

- 6 Na linha 3, a partícula “se”, em “em se tratando” poderia ser deslocada para imediatamente após a forma verbal “tratando”, sem prejuízo da correção gramatical do texto desde que empregado o hífen.

7 Os vocábulos “juízes” e “país” são acentuados de acordo com regras de acentuação gráfica distintas.

8 No último período do texto, a expressão “esses processos” (ℓ.16-17) retoma, por coesão, “casos” (ℓ.14).

9 Depreende-se da leitura do primeiro parágrafo que a legislação trabalhista, eleitoral, civil e penal situa-se, considerando-se a hierarquia legislativa, em nível abaixo da Constituição Federal.

10 A expressão “será que” (ℓ.8) poderia ser suprimida, mantendo-se a correção gramatical do período.

11 O emprego de vírgula imediatamente após a expressão adverbial “muitas vezes” (ℓ.11) manteria a correção gramatical do período.

1 Existem várias formas de punição para aqueles que praticam assédio moral, podendo essa punição recair tanto no assediador, quanto na empresa empregadora que não coíba, ou
4 que até mesmo incentive o assédio, como ocorre, por exemplo, no caso do assédio moral organizacional, decorrente de políticas corporativas.

7 O empregador responde pelos danos morais causados à vítima que tenha sofrido assédio em seu estabelecimento, nos termos do artigo 932 do Código Civil. Em caso de condenação,
10 cabe à justiça do trabalho fixar um valor de indenização, com o objetivo de reparar o dano.

O assediador, por sua vez, poderá ser responsabilizado
13 em diferentes esferas: na penal, estará sujeito à condenação por crimes de injúria e difamação, constrangimento e ameaça (artigos 139, 140, 146 e 147 do Código Penal); na trabalhista, correrá o risco de ser dispensado por justa causa (artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho) e ainda por mau procedimento e ato lesivo à honra e à boa fama de qualquer
16 pessoa; por fim, na esfera cível, poderá sofrer ação regressiva, movida pelo empregador que for condenado na justiça do trabalho ao pagamento de indenização por danos morais, em
22 virtude de atos cometidos pelo empregado.

Internet: <www.tst.jus.br> (com adaptações).

A respeito das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

12 O texto classifica-se como expositivo, visto que, nele, é defendida, com base em argumentos, a punição daqueles que praticam assédio moral.

13 A forma verbal “responde” (ℓ.7), empregada no presente do indicativo, sugere ação que se repete no tempo, compatível com um texto de lei.

14 A expressão “que for” (ℓ.20) pode ser suprimida do texto sem prejuízo da correção gramatical.

15 Na linha 1, a substituição da forma verbal “Existem” por haverão manteria a correção gramatical do período e não prejudicaria a coerência textual dado o emprego do subjuntivo “praticuem”.

Com base nas orientações do **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens subsequentes.

RASCUNHO

- 16 O seguinte trecho introdutório de comunicação oficial atende ao objetivo de mero encaminhamento de documento e ao requisito de uso do padrão culto da linguagem: Encaminho, em anexo, para exame e pronunciamento, cópia do projeto de modernização de técnicas agrícolas no estado do Espírito Santo.
- 17 O emprego de vocabulário técnico de conhecimento específico dos profissionais do serviço público facilita a elaboração dos textos oficiais e, conseqüentemente, o seu entendimento pelo público geral.
- 18 É recomendável para compor a redação de um ofício destinado a autoridade superior o seguinte fecho: Reitero meus mais altos protestos de estima e consideração à sua digníssima pessoa.
- 19 Um ofício emitido por tribunal superior prescinde de assinatura, haja vista que o remetente é órgão de hierarquia superior.
- 20 No seguinte trecho de ofício encaminhado a deputado federal, o emprego do pronome de tratamento está adequado à autoridade a que se destina a comunicação, e a redação, de acordo com o padrão culto da língua: Em sua comunicação, Vossa Excelência ressalta a necessidade de que sejam levadas em consideração, na aprovação do projeto, as características sociais e econômicas da região.

Considerando a proposição P: “Se nesse jogo não há juiz, não há jogada fora da lei”, julgue os itens seguintes, acerca da lógica sentencial.

- 21 A negação da proposição P pode ser expressa por “Se nesse jogo há juiz, então há jogada fora da lei”.
- 22 A proposição P é equivalente a “Se há jogada fora da lei, então nesse jogo há juiz”.
- 23 A proposição P é equivalente a “Nesse jogo há juiz ou não há jogada fora da lei”.

Considerando que, na fruteira da casa de Pedro, haja 10 uvas, 2 maçãs, 3 laranjas, 4 bananas e 1 abacaxi, julgue os próximos itens.

- 24 Há mais de 1.330 maneiras distintas de Pedro escolher pelo menos uma fruta entre aquelas que estão em sua fruteira.
- 25 Se, para fazer uma salada de frutas, Pedro deve escolher pelo menos dois tipos de frutas, em qualquer quantidade, então há menos de 1.000 maneiras distintas de Pedro escolher frutas para compor sua salada.
- 26 Se Pedro desejar comer apenas bananas, haverá quatro maneiras de escolher algumas frutas para comer.
- 27 Se Pedro desejar comer apenas um tipo de fruta, a quantidade de maneiras de escolher frutas para comer será superior a 100.

Considerando que dois álbuns de fotos, com x e y páginas, sejam montados com o menor número possível de capítulos — divisão das fotos por eventos — e que cada capítulo, nos dois álbuns, deva ter o mesmo número z de páginas, julgue os itens subsequentes.

- 28 Se $x = 96$ e $y = 128$, então $z = 32$.
- 29 Se x é divisor de y , então $z = x$.
- 30 z é múltiplo de x .

	A	B	C	D	E
	Natureza da Despesa (código)	Descrição	(1)RAP 2012 Liquidado/Pago*	Valor Liquidado*	Valor Pago*
1	319001	APOSENTADORIAS E REFORMAS		2.273.842,24	2.273.842,24
2	319003	PENSOES		498.072,32	498.072,32
3	319008	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS		0	0
4	319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS		21.602.444,55	21.602.444,55
5	319016	OUTRAS DESP. VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		163.155,55	163.155,55
6		Total			

Considerando a figura acima, que apresenta uma planilha em edição no Excel, julgue os itens a seguir, acerca de sistemas operacionais e aplicativos.

- 31 Caso a planilha acima apresentada seja copiada e colada em um texto em edição no BrOffice Writer, haverá uma duplicação do tamanho do arquivo em função da formatação da tabela.
- 32 O arquivo apresentado na figura acima foi criado no ambiente Microsoft Office, portanto ele não poderá ser executado em um computador no qual conste apenas o sistema operacional Linux.
- 33 Para se acrescentar uma nova linha de cabeçalho na planilha, é suficiente clicar o botão direito do mouse sobre a célula C1 e, em seguida, escolher a opção Inserir.
- 34 Na planilha acima apresentada, para se preencherem as células da coluna C com valores calculados como 10% dos valores presentes na coluna E, é suficiente clicar a célula C2, digitar a fórmula =E2*10%, pressionar Enter, clicar novamente a célula C2 e arrastar o canto direito da célula até C6 para copiar a fórmula para as demais células.
- 35 Uma cópia do arquivo da planilha pode ser armazenada mediante a utilização do recurso Salvar Como ou dos recursos Copiar e Colar do Windows Explorer.

Julgue os próximos itens, relativos a redes de computadores e segurança da informação.

- 36 Redes sociais corporativas, cujo ponto frágil é a segurança de dados internos da companhia, são redes públicas nas quais a participação de membros e clientes é incentivada pela organização.
- 37 O *cloud computing* permite a utilização de diversas aplicações por meio da Internet, com a mesma facilidade obtida com a instalação dessas aplicações em computadores pessoais.
- 38 A velocidade de acesso aos dados é a principal vantagem do armazenamento de dados na nuvem (*cloud storage*).
- 39 O endereço eletrônico de um sítio seguro acessado pelo Internet Explorer inicia-se com https, ao passo que o endereço eletrônico do mesmo sítio acessado pelo Google Chrome inicia-se com http.
- 40 Consta, na maioria das versões do sistema operacional Windows, uma ferramenta para realização de backup do sistema.

Considerando o regime jurídico dos servidores públicos federais e o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir.

- 41 A convocação para júri constitui hipótese de interrupção das férias de servidor público.
 - 42 É vedado ao servidor o exercício de atividade remunerada durante o período de licença para capacitação.
 - 43 Considere que autoridade julgadora tenha recebido processo administrativo disciplinar em 14/8/2013 e proferido sua decisão em 20/9/2013. Nesse caso, ainda que tenha sido julgado fora do prazo legal, o processo não é nulo.
 - 44 A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos indiretamente por todos; por isso, exige-se, como contrapartida, que ele aja conforme a moralidade administrativa.
 - 45 Servidor de determinado TRT, ainda em estágio probatório, não pode ser cedido a órgão do Poder Executivo federal para ocupar cargo de provimento em comissão do grupo direção e assessoramento superiores (DAS) de nível 4.
 - 46 Suponha que o ato de designação de determinada servidora para o exercício de função de confiança em um TRT tenha sido publicado em 30/4/2013 e que ela tenha se apresentado em 15/5/2013 para entrar em exercício. Nessa situação hipotética, a apresentação da servidora ocorreu dentro do prazo determinado pela legislação em vigor.
 - 47 Considere que Roberta, empregada pública concursada da Caixa Econômica Federal, tenha solicitado remoção para acompanhar seu cônjuge, servidor público de um TRT, que havia sido removido no interesse da administração para localidade diferente da que vivia com sua esposa. Em face dessa situação hipotética, é correto afirmar que o pedido de Roberta não encontra amparo legal na Lei n.º 8.112/1990.
 - 48 Constituem indenizações ao servidor público ajuda de custo, diárias, alimentação, transporte e auxílio-moradia.
- Acerca do Regimento Interno do TRT da 17.ª Região, julgue os itens que se seguem.
- 49 O presidente do Tribunal Pleno do TRT da 17.ª Região não pode proferir voto em matéria de licença de servidor público.
 - 50 Compete ao presidente de turma designar as audiências de conciliação e instrução dos dissídios coletivos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue o item a seguir, acerca dos direitos sociais e dos direitos de nacionalidade.

- 51 Sempre que um brasileiro tornar-se nacional de outro país, deve-se declarar perdida sua nacionalidade brasileira.

Com relação ao Supremo Tribunal Federal (STF) e às ouvidorias de justiça, julgue os itens que se seguem.

- 52 A competência para processar e julgar uma ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados pertence, originariamente, ao STF.
- 53 A Constituição Federal (CF) determina a criação, por iniciativa dos tribunais de todo o país, de ouvidorias de justiça com competência para receber reclamações e denúncias de qualquer pessoa interessada, desde que dirigida contra órgãos ou serviços auxiliares do Poder Judiciário, excluídos os juízes individualmente considerados.

Com relação ao Ministério Público, julgue o item abaixo.

- 54 Compete ao Ministério Público, no exercício de suas funções institucionais, o controle externo da atividade policial, a requisição de diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

Acerca da criação de municípios, julgue o item seguinte.

- 55 As regras constitucionais relativas à criação de municípios aplicam-se também ao desmembramento de municípios.

No tocante ao Poder Legislativo, julgue os itens subsecutivos.

- 56 Deputado ou senador que receba informações relacionadas ao exercício do seu mandato não é obrigado a testemunhar sobre elas nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou receberam dele tais informações.
- 57 Ainda que as imunidades parlamentares sejam prerrogativas funcionais e não prerrogativas pessoais do detentor do mandato, elas alcançam os suplentes que não estejam em seu efetivo exercício.

No que se refere à responsabilidade do presidente da República, julgue o próximo item.

- 58 No caso de o presidente da República vir a praticar ilícitos penais, civis ou tributários durante a vigência de seu mandato, sem qualquer relação com a função presidencial, ele não poderá ser responsabilizado, haja vista a imunidade presidencial que implica a suspensão do curso da prescrição relacionada a esses ilícitos, enquanto durar o mandato.

Considerando a disciplina constitucional relativa à administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 59 De acordo com a CF, é possível a percepção simultânea de proventos de aposentadoria — decorrentes do regime estatutário ou do regime geral de previdência — com as remunerações de cargo em comissão ou de cargos que sejam acumuláveis para o servidor em atividade.
- 60 A CF expressamente dispõe que, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade terá obrigatoriamente decretada a suspensão dos seus direitos políticos pelo período de oito a dez anos.

Acerca dos agentes e cargos públicos, julgue os itens seguintes.

- 61 Os agentes temporários que desempenham, por tempo determinado, atividades de excepcional interesse público são agentes públicos cuja contratação somente pode ser feita no âmbito da administração direta.
- 62 As funções de confiança não se confundem com os cargos em comissão, visto que estes são ocupados transitoriamente, sem a necessidade de concurso, e aquelas só podem ser titularizadas por servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.

Com relação ao poder hierárquico e ao poder de polícia no âmbito federal, julgue os itens que se seguem.

- 63 Não há relação de hierarquia entre os parlamentares nem entre os juízes no exercício de suas funções institucionais. Pode-se considerar, portanto, que o poder hierárquico existe apenas no âmbito do Poder Executivo, não no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- 64 As sanções de polícia, por serem aplicadas pela própria administração pública com base em previsão legal, não têm prazo prescricional nem exigem a observância do princípio da ampla defesa e do contraditório.

Com relação aos princípios e à inexigibilidade de licitação, julgue os próximos itens.

- 65 Em atenção ao princípio da publicidade, as licitações não podem ser sigilosas, sendo públicos e acessíveis os atos de seu procedimento, com exceção do conteúdo das propostas, que devem permanecer em sigilo até a respectiva abertura.
- 66 Caso determinada prefeitura pretenda adquirir, em caráter emergencial, hortifrutigranjeiros e gêneros perecíveis para atender a escolas e creches sob sua responsabilidade, ela poderá comprar esses itens sem a realização de licitação, pois essa hipótese constitui licitação inexigível.

Acerca da competência e das espécies de ato administrativo, julgue o item a seguir.

- 67 Atos enunciativos, como as certidões, os atestados e os pareceres, são aqueles que atestam ou reconhecem uma situação de fato ou de direito, sem manifestação de vontade produtora de efeitos por parte da administração pública.

A respeito dos controles administrativo e legislativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens que se seguem.

- 68 Controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a administração pública exerce sobre sua própria atuação, contudo apenas sob o aspecto de mérito, para o fim de confirmar, rever ou alterar condutas internas.
- 69 Constituem hipóteses de controle legislativo o poder do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa e a fiscalização exercida pelo Congresso relativa à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas por parte da administração pública.

Acerca de administração descentralizada, julgue o item abaixo.

- 70 A administração descentralizada caracteriza-se pela distribuição de competências no interior de uma mesma pessoa jurídica, de modo a permitir um desempenho mais adequado das atribuições administrativas.

Julgue os itens a seguir, relativos à estruturação da máquina administrativa no Brasil.

- 71 A extinção de cargos de confiança, a reestruturação de vários órgãos e a demissão de servidores sem estabilidade foram medidas adotadas pelo governo de Getúlio Vargas, visando a implantação de um modelo de administração pública menos burocrático que aquele em vigor à época.
- 72 O Decreto-lei n.º 200/1967 constituiu um exemplo de remodelamento do Estado brasileiro, pois flexibilizou a administração pública e viabilizou a presença do Estado na área econômica.

Com relação à estrutura, à estratégia e à cultura organizacional, julgue os itens que se seguem.

- 73 Para garantia de uma maior agilidade nos contatos entre áreas técnicas especializadas distintas, a organização pública deve adotar uma estrutura organizacional linear.
- 74 A estrutura organizacional matricial é um modelo adequado à implementação simultânea de diversos projetos que deverão ser viabilizados a tempo de garantir a ocorrência de grandes eventos previstos para os próximos anos em uma organização pública.
- 75 A utilização de jargão jurídico específico é um exemplo de artefato da cultura vigente em determinado tribunal que caracteriza um traço da sua cultura organizacional.

Acerca de empreendedorismo governamental, gestão estratégica e excelência nos serviços públicos, julgue os itens subsequentes.

- 76 Ações voltadas para o fomento ao empreendedorismo governamental devem privilegiar a competição entre os prestadores de serviço e dar poder aos cidadãos, transferindo, assim, o controle das atividades à comunidade.
- 77 O gestor público ao elaborar o seu planejamento estratégico deverá considerar os fatores críticos de sucesso como aspectos negativos que devem ser evitados para se obter os objetivos organizacionais almejados.
- 78 O modelo de excelência do GESPÚBLICA disponibiliza uma base conceitual geral e instrumentos específicos direcionados especificamente à fiscalização de cada área ou objeto a ser gerenciado.

Julgue os próximos itens, relativos ao paradigma do cliente na gestão pública e às diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.

- 79 A adoção do paradigma do cliente na gestão pública baseado na doutrina do "*Public Service Orientation*" busca criar uma cultura que congregue funcionários públicos, cidadãos e políticos, de modo a obter também a "*accountability*" dos resultados obtidos.
- 80 Os processos de tomada de decisão, na esfera pública, geralmente, são mais lentos que na iniciativa privada, pois esses processos sofrem a influência de variáveis de ordem política.

Com relação à administração de recursos materiais, julgue os itens a seguir.

- 81 De acordo com a classificação ABC, os itens são identificados conforme sua importância relativa.
- 82 Os estoques são previstos conforme a necessidade de consumo dos itens e cabe à administração determinar sua rotatividade.
- 83 No ciclo de compras, o seguimento e a entrega são responsabilidades do departamento de recepção, que deve monitorar e assegurar prazos de entrega e tomar eventuais medidas corretivas.
- 84 A tomada de preços é a modalidade de licitação adequada para serviços de engenharia, como construção, cujos valores sejam entre R\$ 150 mil e R\$ 1.500.000, 00.
- 85 O leiaute de depósitos independe do sistema de manuseio de materiais.

Com relação à distribuição de materiais, julgue os itens que se seguem.

- 86 A maioria dos custos gerados pelo uso de caminhões que oferecem serviço porta a porta é de natureza fixa.
- 87 No processo de distribuição, constituem funções dos depósitos a consolidação do transporte, a combinação de produtos e o atendimento aos clientes.

Julgue os seguintes itens, acerca de gestão patrimonial.

- 88 O controle do ativo imobilizado deve ser feito regularmente, assim como o acompanhamento de sua depreciação, para eventual baixa.
- 89 O controle do ativo imobilizado independe de sistemas orçamentários.
- 90 Decorridos mais de sessenta dias da avaliação, o valor da alienação de material deve ser automaticamente atualizado, tomando-se por base o fator de correção aplicável às demonstrações contábeis e considerando-se o período decorrido entre a avaliação e a conclusão do processo.

A respeito de orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 91 Considere que um prefeito pretenda iniciar uma ação governamental, para a qual não haja vedações nem previsões na Lei Orçamentária Anual. Nessa situação, em observância ao princípio da legalidade, a ação mencionada somente poderá ser iniciada após aprovação de crédito adicional que inclua autorização expressa e específica no orçamento.
- 92 Na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece parâmetros com vistas à fixação, no projeto de Lei Orçamentária, dos montantes relativos a despesas com pessoal e a outras despesas correntes.
- 93 Caso determinada dotação orçamentária, destinada ao pagamento do serviço de uma dívida contraída pela União, tenha sido vetada pelo presidente da República, os recursos correspondentes ao veto poderão ser utilizados, mediante autorização do Poder Legislativo, para pagamento de contrato de mão de obra.
- 94 Além do controle da gestão financeira, o sistema de planejamento e de orçamento do governo federal abrange as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos.

Com relação aos conceitos técnicos de orçamento, julgue os itens subsecutivos.

- 95 Receitas provenientes da dívida ativa da União devem ser classificadas como outras receitas correntes.
- 96 Suponha que uma escola municipal tenha adquirido, de forma emergencial, uma caixa de lápis e que, dado o valor irrisório da compra, não tenha havido licitação nem emissão da nota de empenho. Nessa situação, a liquidação da despesa terá por base o comprovante da entrega do material.
- 97 Suprimentos de fundos constituem despesas do ponto de vista patrimonial, visto que, no estágio de liquidação, ocorre o registro de um passivo simultaneamente à incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço.
- 98 Para que uma despesa seja reconhecida como de exercícios anteriores, é necessário haver um empenho correspondente, processado durante o exercício a que se refere a despesa.

Com relação à conta única do Tesouro Nacional e aos conceitos tributários básicos, julgue os itens a seguir.

- 99 Os recursos da seguridade social devem ser centralizados em banco estatal federal cuja abrangência seja nacional.
- 100 A definição de cada espécie tributária é feita em conformidade com a destinação a ser dada ao produto da arrecadação do tributo.

Em relação aos princípios e fontes do direito do trabalho, aos direitos constitucionais dos trabalhadores e à relação de emprego, julgue os itens a seguir.

- 101** O salário-família é um direito constitucional dos trabalhadores urbanos estendido aos empregados domésticos, independentemente de qualquer regulação infraconstitucional.
- 102** O advogado poderá exercer suas atividades como trabalhador autônomo, mas não como empregado.

Julgue os itens seguintes, com relação ao contrato individual de trabalho.

- 103** O contrato de experiência, firmado por tempo determinado não superior a noventa dias, admite, dentro desse prazo, uma única prorrogação.
- 104** Suponha que uma empresa pague os salários de seus empregados no último dia do mês trabalhado e, posteriormente, resolva alterar o dia do pagamento para o quinto dia útil do mês seguinte ao da prestação de serviço dos empregados. Nessa situação hipotética, caracteriza-se alteração contratual lesiva.
- 105** Opera-se a suspensão do contrato de trabalho quando o empregado ascende ao cargo de diretor de sociedade anônima, passando a ser, por conseguinte, representante legal da pessoa jurídica.
- 106** O afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente de trabalho constitui hipótese de interrupção do contrato de trabalho caso se estenda por até quinze dias.
- 107** Se a causa da dissolução do contrato de emprego for a culpa recíproca, o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio e, também, o mesmo percentual em relação ao décimo terceiro salário e às férias proporcionais.

Acerca do direito coletivo do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 108** Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria em sede judicial ou administrativa, não podendo a entidade sindical defender direito ou interesse individual de determinado integrante da categoria.
- 109** A possibilidade de celebrar convenções e acordos coletivos e a imposição de contribuições sindicais a todos os integrantes das respectivas categorias econômicas e profissionais são algumas das prerrogativas dos sindicatos.
- 110** Segundo entendimento do TST, empregado integrante de categoria profissional diferenciada tem o direito de receber do empregador vantagens previstas em instrumento coletivo, ainda que o empregador não tenha sido representado por órgão de classe de sua categoria.

Em relação aos princípios, às partes e ao processo do trabalho, julgue os próximos itens.

- 111** O princípio da proteção aplicado ao direito do trabalho não incide no âmbito do processo do trabalho, pois o juiz não pode instituir privilégios que descaracterizem o tratamento isonômico entre as partes.
- 112** As partes poderão requerer certidão dos processos em curso ou arquivados, as quais serão lavradas pelos escrivães ou diretores de secretaria da respectiva vara. A emissão de certidões relativas aos processos que corram em segredo de justiça independe, de igual modo, de despacho do juiz.
- 113** São isentos do pagamento de custas processuais, despesas judiciais que a parte paga para postular em juízo em razão de serviços prestados pelo Estado, além dos beneficiários de justiça gratuita, a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e suas respectivas autarquias, fundações públicas e empresas públicas.
- 114** No processo do trabalho, poderá haver acúmulo de reclamações em um só processo quando verificados dois requisitos: identidade de matéria e vínculo dos empregados com mesma empresa ou estabelecimento.

Julgue os itens subsequentes, com relação aos recursos e à execução no processo do trabalho.

- 115** Em se tratando de recurso, ocorrerá deserção caso haja recolhimento insuficiente das custas processuais, ainda que ínfima a diferença em relação ao valor devido.
- 116** O recurso adesivo, previsto no processo civil para os casos de sucumbência recíproca, não é compatível com o processo do trabalho.
- 117** Não é cabível recurso ordinário de decisão que homologa acordo entre as partes, pois tal decisão é irrecurável.
- 118** A admissibilidade do recurso de revista interposto contra acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, incluindo-se os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violação direta à CF.
- 119** Embora o recurso de agravo de petição deva delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, segundo entendimento do TST, o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo fere direito líquido e certo.
- 120** Conforme entendimento do TST, embora o dinheiro esteja na ordem de preferência das penhoras, não é possível, na execução provisória trabalhista, penhora de dinheiro ou bloqueio *on-line*, quando nomeados outros bens à penhora.